



REUNIR:
Revista de Administração, Contabilidade e
Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL: Submetido em: 14.08.2020. Avaliado em: 09.06.2024. Apto para publicação em: 26.10.2024. Organização Responsável: UFCG.

**Os interesses a orientar a produção que versa sobre sustentabilidade nos estudos em
Administração: uma análise a partir da epistemologia habermasiana**

*The interests that guide the intellectual production that deals with sustainability in the studies
in Administration: an analysis from the habermasian epistemology*

*Los intereses que orientan la producción intelectual que aborda la sostenibilidad en los
estudios de Administración: un análisis desde la epistemología habermasiana*

Ewerton Roberto Inocêncio

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário, Londrina - PR, 86057-970, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-8624-2956>

ewerton.in@gmail.com

Ricardo Lebbos Favoreto

Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário, Londrina - PR, 86057-970, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-2878-0681>

ricardo.lf@uel.br



PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade.
Administração.
Epistemologia
Habermasiana.

Resumo: O objetivo do artigo consiste em reconhecer os interesses cognitivos a orientar a produção intelectual que versa sobre sustentabilidade na área de Administração. Empregase, nos procedimentos metodológicos, uma abordagem de viés quantitativo e qualitativo. Artigos publicados em um conjunto de periódicos nacionais classificados no estrato A são categorizados à luz da teoria habermasiana dos interesses cognitivos, valendo-se dos interesses (técnico, prático e emancipatório) como categorias analíticas. Os resultados apontam a predominância do interesse técnico-prático e a timidez do interesse emancipatório na produção, cena que se coloca em linha com a constituição da área. Na seção final, debate-se sobre possíveis causas dessa conjuntura. Entre as contribuições da pesquisa, destaquem-se o modo de mapeamento (de base epistemológica) a que se procede e o estímulo à reflexão sobre a forma como se concebe a sustentabilidade na área visada.

KEYWORDS

Sustainability.
Administration.
Habermasian
Epistemology.

Abstract: This article intends to recognize the cognitive interests that guide the intellectual production about sustainability in the field of Administration. A quantitative and qualitative approach is used in its methodological procedure. Articles published in a set of Brazilian journals ranked as tier A are categorized in the light of Habermas' cognitive interests theory, using its interests (i.e., technical, practical, and emancipatory) as analytical categories. The results indicate the predominance of technical-practical interests and a small presence of emancipatory interests in the scientific production, which is in line with the constitution of the field. In the final section, we discuss possible causes of this conjuncture. Among the study's contributions, we highlight the mapping procedure (of an epistemological nature) that was carried out, as well as an encouragement to reflecting on how sustainability is conceived in the studied field.

PALABRAS CLAVE

Sustentabilidade.
Administração.
Epistemologia
Habermasiana.

Resumen: El objetivo de este artículo es reconocer los intereses cognitivos que orientan la producción intelectual que aborda la sostenibilidad en el área de Administración. En los procedimientos metodológicos se utiliza un enfoque cuantitativo y cualitativo. Los artículos publicados en un conjunto de revistas nacionales clasificadas en el estrato A se categorizan a la luz de la teoría habermasiana de los intereses cognitivos, utilizando los intereses (técnicos, prácticos y emancipatorios) como categorías analíticas. Los resultados apuntan al predominio del interés técnico-práctico y la timidez del interés emancipatorio en la producción, escenario que está en consonancia con la constitución del área. En la sección final se discuten las posibles causas de esta situación. Entre los aportes de la investigación se destacan el método de mapeo (con base epistemológica) que se realiza y el estímulo a la reflexión sobre la forma en que se concibe la sostenibilidad en el ámbito abordado.

Introdução

Desde, pelo menos, 1972, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment – UNCHE), a sustentabilidade tem adquirido progressiva relevância no debate público. Especialmente a partir do relatório de Brundtland (1987), marco importante do campo, o tema ganhou espaço na discussão acadêmica (Dovers, 1996; Mol 1997; Pierri, 2001, Hopwood; Mellor & O'Brien, 2005). É desse relatório que provém o conceito de sustentabilidade mais difundido, por meio da proposta de desenvolvimento sustentável: “[...] um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Dovers, 1996, p. 304). Essa definição de desenvolvimento sustentável, embora amplamente adotada, não se acha isenta de críticas (Inocêncio & Favoreto, 2022b), e o debate sobre sustentabilidade, nutrido por diferentes abordagens e áreas do conhecimento, segue bastante fendido (Pierri, 2001; Hopwood *et al.*, 2005; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014, Oliveira & Santos, 2021).

O conceito de sustentabilidade tem sido marcado por polissemia, vagueza, ambiguidade (Hopwood *et al.*, 2005; Michelsen *et al.*, 2016, Inocêncio & Favoreto, 2022b). Não é, pois, uníssono o que se entende por sustentabilidade. Em linhas gerais, a sustentabilidade é concebida como dever, com enfoque no bem-estar intergeracional, abrangendo componentes éticos, combinados com elementos sociais, ambientais, econômicos, político-jurídicos (e.g., Freitas, 2019). A conceituação amplamente exercida está atrelada ao ideal de desenvolvimento sustentável em seu desdobramento tridimensional: econômico, social e ambiental (Montiel & Delgado-Ceballos, 2014). Aventa-se neste artigo que a diversidade de compreensões, que torna a sustentabilidade um campo de disputas entre diferentes abordagens e áreas do conhecimento, pode estar associada, ainda que não de maneira

exclusiva, aos diferentes interesses que orientam o conhecimento, ao modo da proposta habermasiana (Habermas, 1990/1968). E conhecer o interesse que propulsiona o conhecimento é um problema fundamental quando se intenta conhecer o conhecimento (como produto do processo de conhecer).

O objetivo do presente artigo consiste em reconhecer os interesses cognitivos a orientar as publicações sobre sustentabilidade na área de Administração, em um conjunto de periódicos nacionais. Ressalte-se a relevância da sustentabilidade nesse campo, uma vez que organizações públicas e privadas, seus principais objetos de estudo, exercem grande influência sobre a sustentabilidade em escala global bem como sobre a execução de diretrizes em nível local (Mol, 1997; Pierri, 2001). Favoreto, Nogueira e Bannwart Júnior (2020), tratando do conceito correlato de responsabilidade social, advertem para a possibilidade de manejo do conceito pelas organizações, com vistas ao instrumentalmente útil.

Além disso, conforme Gladwin, Kennelly e Krause (1995), a sustentabilidade implica uma mudança epistemológica das teorias organizacionais, pois o funcionalismo hegemônico que separa organização e ambiente tornou-se incapaz de resolver os problemas relacionados à sustentabilidade, até mesmo contribuindo, possivelmente, para a geração de problemas ambientais. A fim de cumprir o objetivo proposto, a pesquisa relatada neste artigo vale-se de uma abordagem de viés quantitativo e qualitativo, empregando técnicas de estatística descritiva e categorizações. A metodologia empregada encontra-se detalhada em sua seção específica.

A busca por conhecimento não é neutra, como pretendia o positivismo. Segundo Levy e Massonettot (2020), a contemporaneidade revelou o caráter limitado desse modo de pensar a ciência. Para os autores, o cientista é um ser historicamente situado e dotado de caracteres subjetivos impossíveis de serem extirpados.

Conforme Habermas, a ciência conduz-se por interesses. As ciências naturais tendem a

conduzir-se pelo interesse técnico e as ciências do espírito (hermenêutica), pelo interesse prático. Contudo, as ciências também necessitam ser críticas, refletindo sobre o conhecimento que produzem (interesse emancipatório). Seria, assim, por esses três interesses cognitivos que se engendraria a dinâmica geradora de conhecimento, animada pela dialética que entre eles se instaura. Todavia, a ciência adotou um caráter tecnocrático, tornando-se a primeira força produtiva do capitalismo tardio e constituindo sua nova ideologia, que legitima a dominação e a despolitização dos indivíduos (Habermas 1990/1968).

Na perspectiva dos interesses cognitivos, essa ideologia confronta os interesses prático e emancipatório que visam à compreensão intersubjetiva e à comunicação livre de dominação (Habermas 1990/1968). A Administração, predominantemente funcionalista, herdeira do tecnocentrismo da ciência positivista, constituiu-se um campo em que predomina uma abordagem técnica e despolitizada sobre a sustentabilidade. O resultado é uma área de conhecimento que perpetua o ideal controverso de desenvolvimento sustentável (Pierri, 2001, Hopwood *et al.*, 2005; Starrick & Kanashiro, 2013; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

O mapeamento da forma como se concebe a sustentabilidade contribui para uma apreensão mais consequente do campo. Não se trata da sustentabilidade apenas, mas igualmente do próprio campo, cujos interesses se inscrevem nos conceitos com que lida. Associar conhecimentos a interesses permite desnaturalizar conceitos que, por vezes, passam a ser vistos como dados – como parece se dar com a sustentabilidade. A pesquisa contribui para que se visualizem, ainda que genericamente, parte da gênese do que está posto, o que move a ideia de sustentabilidade no campo em questão, subsidiando, assim, eventuais intervenções. Justifica-se, pois, notadamente pelo potencial transformador que consigna, o que é próprio da exercitação da crítica aos moldes habermasianos. Outrossim, destaque-se sua contribuição em termos metodológicos. O modo

como se procede ao mapeamento, mobilizando categorias seletadas da teoria do conhecimento habermasiana, é profícuo para análises que pretendam desvendar os motores dos conceitos. Tanto mais “taken for granted” os conceitos – noutros termos, quanto menos suscetíveis os conceitos à tematização –, mais relevante tende a ser o mapeamento dos interesses a impulsioná-los.

Elementos teóricos da pesquisa

Teoria do Conhecimento de Jürgen Habermas

A Teoria Crítica, conforme se depreende de Horkheimer, tinha por objetivo opor-se ao positivismo, que, buscando centrado em descrever o funcionamento da sociedade, acabou por embasar um conhecimento parcial (e alienante), que não estimulou a identificação de possibilidades de melhoria social, inscritas na própria realidade, tampouco que elas se realizassem (Nobre, 2008). Foi na esteira dessa proposta que Habermas desenvolveu seus estudos. Autor de obras como “Técnica e ciência como ‘ideologia’” (1968), “Conhecimento e interesse” (1968), “Teoria do agir comunicativo” (1981) e “Direito e Democracia” (1992), Habermas é usualmente reconhecido como pertencente à segunda geração da “Escola de Frankfurt” e é visto como um dos principais autores da Teoria Crítica alemã (Freitag, 2005; Nobre, 2008; Lara & Vizeu, 2019). Na visão habermasiana, a Teoria Crítica posiciona-se criticamente diante das ciências sociais, consideradas incapazes de decifrar os paradoxos da racionalização social, por analisarem os sistemas sociais complexos sob um único aspecto abstrato, sem justificar a constituição histórica de seu campo de objetos. Ela tenta realçar os pontos positivos e as limitações das teorias estabelecidas, apoiando-se em sua própria interpretação da história das sociedades modernas (Habermas, 2012/1981).

O pensamento habermasiano constitui um significativo referencial da sociologia e da filosofia contemporâneas. Nas ciências sociais, espalhou-se por vários campos, inclusive sendo

empregado para diferentes análises no campo da administração, nos âmbitos nacional e internacional (Inocêncio e Favoreto, 2020; 2022a). A presente pesquisa, embasa-se na obra *Conhecimento e Interesse* a fim de aproveitar o potencial explicativo da postura crítica de Habermas para a compreensão de fenômenos organizacionais atuais.

Segundo Habermas (1990/1968), o positivismo impôs-se também nas ciências sociais. Uma das consequências dessa imposição foi a afirmação de um compromisso epistemológico de separação entre conhecimento e interesse, sob o título de isenção de valor. Para Levy e Massonettot (2020, p. 77-78), as ciências sociais fizeram “concessões a uma visão fragmentária e tributária de uma sistematicidade típica das ciências naturais”

Em “Técnica e Ciência como Ideologia”, Habermas declara que a ciência social orientada por pressupostos positivistas incorre em engano, pois, ao pretender “obter a objetividade dos seus enunciados contra a pressão e a sedução de interesses particulares, a ciência ilude-se” (Habermas, 2002/1968, p. 141). Ora, assumindo o funcionalismo como herdeiro dos pressupostos positivistas, pode-se inferir que uma pretensa neutralidade de interesses na produção do conhecimento também foi imposta aos estudos organizacionais, já que o funcionalismo é a perspectiva dominante nesse âmbito das ciências sociais (Burrell & Morgan, 1979; Westwood & Clegg, 2003; Vergara & Caldas, 2005). Na concepção habermasiana, a produção de conhecimento não pode ser realizada de forma neutra; é sim orientada por interesses, assim como qualquer atividade: “A partir das experiências do dia a dia, sabemos que as ideias servem muitas vezes bastante bem para mascarar com pretextos legitimadores os motivos reais das nossas ações” (Habermas, 2002/1968, p. 140). Os interesses cognitivos que orientam a produção de conhecimento são o técnico, o prático e o emancipatório, sendo que a cada um desses interesses corresponde um modo de investigação científica: as ciências empírico-analíticas, ciências

histórico-hermenêuticas e ciências críticas, respectivamente (Habermas, 1990/1968).

O interesse técnico próprio às ciências empírico-analíticas manifesta-se na tentativa de controlar, prever e manipular tanto ambientes naturais quanto sociais. O resultado do conhecimento orientado por esse interesse são enunciados nomológicos, generalizáveis, verificados pela experiência. O procedimento das ciências empírico-analíticas é caracterizado pela construção de teorias hipotéticas que a posteriori são verificadas experimentalmente por meio da observação sistemática (Habermas, 2002/1968; Paes de Paula, 2015, 2016). Para Stablein e Nord (1985, p. 15), “A reivindicação de validade do conhecimento no interesse técnico é baseada na coerência lógica da teoria e na observação dos fatos. O sucesso da teoria depende, em última análise, da capacidade demonstrada de operar no ambiente, produzindo efeitos previstos”. Na área da Administração, o interesse técnico pode ser evidenciado pelas práticas de previsão e controle de variáveis relacionadas ao trabalho humano que têm por objetivo o aumento de produtividade (Fell, Rodrigues & Oliveira, 2008).

O interesse prático é aquele que orienta as ciências hermenêuticas, as quais estão inseridas nas interações mediadas pela linguagem. Os modos de operar desse tipo de ciência buscam assegurar a compreensão intersubjetiva nas formas comuns de comunicação. O interesse prático não se preocupa com a explicação ou com a verificação de leis gerais possibilitadas pela observação sistemática, mas pretende interpretar e compreender o significado de uma situação (Habermas, 1990/1968; Paes de Paula, 2015, 2016). Segundo Stablein e Nord (1985, p. 16), nesse tipo de ciência, “a metodologia envolve a interpretação do significado na interação. A reivindicação final da validade desse tipo de conhecimento é um consenso das partes interessadas sobre a compreensão do significado da situação”. Aplicando esse tipo de interesse à área da Administração, Rodrigues (1998, 2004) entende que o interesse prático vai além da simples identificação de variáveis que

condicionam o comportamento humano visando controle e manipulação. A motivação está em compreender o que as pessoas pensam e sentem, bem como melhorar a compreensão mútua.

Por sua vez, o interesse emancipatório é associado às ciências críticas, as quais, por meio da prática reflexiva vista como um movimento de emancipação, pretendem promover a autonomia e a responsabilidade. As ciências críticas buscam denunciar as formas de dominação e exploração existentes, voltando suas atenções para a função do poder de institucionalizar e manter configurações de opressão, confusão e sofrimento (Habermas, 1990/1968; Paes de Paula, 2015, 2016). De acordo com Honneth (2023, p. 24), o interesse emancipatório está relacionado a uma disposição permanente “de se libertar de dependências previamente não conhecidas e situações pseudonaturais, a fim de atingir uma condição de ausência de dominação intersubjetiva”.

Na visão de Nord e Stablein (1985, p. 18), o conhecimento orientado pelo interesse emancipatório é validado pela “contribuição desse conhecimento para o potencial de ação humana responsável e autônoma. O interesse emancipatório fornece um guia substantivo para a avaliação da realidade social. A autonomia e a responsabilidade humanas são estabelecidas como padrões normativos”. Os autores destacam que Habermas não desenvolve o método da autorreflexão próprio ao interesse emancipatório, apenas fornece alguns insights, como o método psicanalítico e a crítica à ideologia (Stablein & Nord, 1985). Segundo Rodrigues (1998, 2004), na Administração, o interesse emancipatório manifesta-se na tentativa de compreender como as práticas de gestão são desenvolvidas e legitimadas em meio às relações de poder e dominação. O autor destaca que, infelizmente, muitas teorias administrativas não questionam as estruturas das relações de poder a fim de eliminar as formas de dominação, contribuindo para a ocultação dessas relações e sendo coniventes com a manutenção do *status quo* de uma organização concebida de acordo com os moldes funcionalistas.

Diante do exposto, percebe-se na área da Administração uma tendência à predominância do interesse técnico, o que, além de limitar a produção de conhecimento, despolitiza, inibindo posições emancipatórias, em favor da manutenção hegemônica da perspectiva funcionalista. Essa não é uma característica exclusiva da Administração, nem das ciências sociais, mas uma marca da ciência moderna. Para Habermas (2002/1968), a ciência nem sempre esteve relacionada à técnica, sendo em meados do fim do século XIX que elas se tornaram interdependentes, e a ciência passou a contribuir com a aceleração do desenvolvimento técnico. O progresso técnico-científico tornou-se a primeira força produtiva do capitalismo tardio e substituiu as antigas ideologias das grandes religiões, de modo que a legitimação da dominação já não provinha da tradição cultural, mas da base do trabalho social. A consciência tecnocrática surgida desse contexto legitima a despolitização das massas, elimina a diferença entre técnica e práxis e reprime o interesse emancipatório do gênero humano.

Sustentabilidade e Organizações

A sustentabilidade é um campo de disputa política e científica, é complexo e multidisciplinar (Dovers, 1996; Pierri, 2001; Layrargues, 2017), o que pode ser evidenciado pela diversidade de abordagens sobre esta temática, permeada por discussões das mais diversas áreas.

Harvey (2020) considera que o debate em torno de conceitos ambíguos comumente presentes nos debates ecológicos, como meio ambiente, natureza, *ecoescassez* e sustentabilidade, vai além de mera discussão semântica, tratando-se de um embate político. Especificamente, considera que a noção de sustentabilidade, conforme seu emprego mais frequente, está associada à sustentação de um conjunto característico de relações sociais de um projeto ecológico particular. A título de exemplo, ele argumenta que em um sistema em que existissem apenas banqueiros e baratas, e os primeiros fossem a espécie ameaçada, a noção de

sustentabilidade passaria a ser definida em termos de organizar o uso da terra para evitar a falência dos banqueiros. Para o autor, argumentos e projetos ecológicos são simultaneamente políticos e econômicos. O que está em jogo na maior parte dos debates ecológicos são ideias de distintos tipos de sociedades.

A sustentabilidade também é um tema relevante para a Administração, pois se tornou uma preocupação central das organizações contemporâneas, evidenciando o interesse por um novo tipo de informação no desenvolvimento das atividades das organizações, notadamente acerca da atuação na tripla perspectiva: econômica, ambiental e social (Régio et al., 2022). Tais transformações implicaram inclusive sugestões de mudança nas teorias organizacionais predominantemente funcionalistas.

Segundo Dovers (1996), os debates em torno da ideia de sustentabilidade se iniciaram em torno da teoria dos limites do crescimento e a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972. Todavia, foi o “Relatório Brundtland” (1987), que popularizou e inseriu nas agendas políticas a noção de sustentabilidade sob a ideia de desenvolvimento sustentável, entendido como “[...] um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Dovers, 1996, p. 304.). Embora esta seja a definição mais difundida e adotada, também é altamente criticada pela falta de clareza, de modo que o debate sobre a temática permanece em aberto (Dovers, 1996; Mol 1997; Pierri, 2001; Hopwood et al., 2005; Oliveira & Santos, 2021).

A preocupação com a crise ambiental também implicou em uma mudança da opinião pública acerca da função das organizações em relação à sustentabilidade. Com isso, pesquisadores foram estimulados a investigar as relações entre as práticas organizacionais e a sustentabilidade. A sustentabilidade tornou-se uma meta principal para as organizações (Florea, Cheung & Herndon, 2012). A problemática da sustentabilidade

introduziu uma preocupação com o meio ambiente que antes era inexistente ou pouco considerada na Administração. Segundo Gladwin et al. (1995), a epistemologia funcionalista, dominante na área da Administração, havia separado organização e ambiente. Desse modo, para que as teorias organizacionais fossem compatíveis com a ideia de sustentabilidade, era necessário que fossem transformadas em visões mais integrativas. Para eles, as teorias administrativas, ao se desenvolverem sob uma epistemologia restrita e limitada, propiciaram a dissociação da organização humana da biosfera e da comunidade humana. Assim, a ciência organizacional acabou por encorajar as organizações a se comportarem de maneiras que conduziram a destruição dos sistemas naturais e sociais de suporte à vida. Layrargues (2017), também argumenta em favor de novas abordagens para tratamento da problemática ambiental, pois o funcionalismo ainda predominante nas ciências sociais aplicadas seria um dos responsáveis pelo atual recuo em questões ambientais. Isso porque se trata de uma visão teórica que não vislumbra a existência de conflitos e que vê na tecnologia as soluções para os problemas sociais, ambientais e econômicos. Disso resulta o crescimento de ações antiecológicas em detrimento das conquistas ambientais alcançadas ao longo dos anos.

Usualmente, as ideias de sustentabilidade organizacional têm sua origem relacionada ao relatório de Brundtland (1987), apoiadas na concepção de desenvolvimento sustentável (Florea et al., 2012; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014). Segundo levantamento realizado por Montiel e Delgado-Ceballos (2014), a primeira definição de sustentabilidade corporativa apareceu na literatura geral sobre Administração em 1995, elaborada por Gladwin, Kennelly e Krause, os quais abordaram o desenvolvimento sustentável como um processo que tem por finalidade alcançar o desenvolvimento de maneira inclusiva, conectada, equitativa, prudente e segura (Gladwin et al., 1995). Com o passar do tempo, diversos conceitos de sustentabilidade organizacional foram construídos e até mesmo questionaram a

clássica tridimensionalidade. Todavia, embora não haja um conceito padrão, boa parte dos estudiosos da sustentabilidade corporativa e também as próprias organizações adotam o conceito de sustentabilidade em sua tridimensionalidade (Florea *et al.*, 2012; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

Diante do exposto, percebe-se que, seja em relação à noção mais ampla de sustentabilidade, seja em relação à noção aplicada de sustentabilidade organizacional, não há um consenso sobre o que é de fato tanto uma, como outra, existindo várias formas de se entender o debate. Nosso intuito com o presente artigo é justamente compreender como a temática da sustentabilidade tem se desenvolvido nos principais periódicos acadêmicos nacionais da área de Administração. Trata-se aqui de uma classificação dos interesses cognitivos que guiam a produção de conhecimento sobre essa temática na Administração. Com isso, almeja-se identificar como se tem desenvolvido o conhecimento sobre sustentabilidade em nível nacional na área de Administração, quais os interesses que guiam esse desenvolvimento, se a produção científica dessa área preocupa-se em testar modelos, padrões de sustentabilidade já definidos, se se procura debater diferentes concepções de sustentabilidade e entender o que ela significa para diferentes grupos, ou ainda se busca denunciar relações de poder e dominação em torno da questão da sustentabilidade.

Elementos metodológicos da pesquisa

Na busca por atingir o objetivo de reconhecer os interesses cognitivos (Habermas, 1990/1968) a orientar a produção de conhecimento em torno da temática da sustentabilidade na área de Administração, empregou-se uma abordagem dupla, quantitativa e qualitativa. Nas análises, utilizou-se tanto de estatística descritiva básica quanto do processo de categorização característico de pesquisas qualitativas (Merriam, 2009; Gil, 2010).

Os artigos foram selecionados de periódicos

nacionais da área de avaliação “Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo”, que têm por escopo a área de Administração e que foram avaliados pela Capes (Qualis de periódicos) no quadriênio 2013-2016 como pertencentes ao estrato A. A filtragem foi realizada na Plataforma Sucupira, no Qualis Periódicos. Levantaram-se nesses periódicos, utilizando-se a base digital de cada periódico, artigos que continham em seu corpo a palavra “sustentabilidade”, o que resultou em uma amostra de 190 artigos. Em seguida, a fim limitar a análise a artigos que tivessem a sustentabilidade como tema central (e não apenas fizessem menção à sustentabilidade), utilizou-se o filtro dos sistemas de banco de dados dos periódicos para selecionar apenas os artigos que possuíssem “sustentabilidade” entre as palavras-chave, o que resultou em uma amostra final de 62 artigos, distribuídos em 9 periódicos.

Tabela 1
Amostra de artigos

Título	Artigos sobre sustentabilidade	Sustentabilidade como Palavra-chave
Brazilian Administration Review	9	6
Brazilian Business Review	7	3
Cadernos Ebape.Br	31	8
Organizações & Sociedade	25	8
Revista de Administração Contemporânea	31	6
Revista de Administração de Empresas	25	8
Revista de Administração Pública	34	13
Revista de Administração (Fea-Usp)	15	8
Revista Brasileira de Gestão De Negócios	13	2
TOTAL	190	62

Fonte: elaborada pelos autores, 2019.

	emancipação.
--	--------------

Fonte: elaborado pelos autores, 2019.

Nota: com base em Stablein e Nord (1985), Habermas (1990/1968), Rodrigues (1998, 2004) e Paes de Paula (2015, 2016).

Apresentação e discussão dos resultados

Apresentação dos dados

A análise dos objetivos, metodologias, bem como do próprio conteúdo dos artigos, permitiu a categorização das pesquisas de acordo com as características dos interesses cognitivos de Habermas (1990/1968), conforme exposto no Quadro 1. Observou-se que as pesquisas foram orientadas tanto por apenas um interesse (51,61% do total de artigos), como por combinações de interesses (48,39%). Os artigos orientados por somente um interesse estão subdivididos em técnico (17,74%), prático (25,81%) e emancipatório (8,06%). Por sua vez, os artigos guiados por combinações de interesses dividem-se em “técnico-prático” (41,94%) e “prático-emancipatório” (6,45%). Quando separados em interesses puros, as proporções são de 34% para interesse técnico, 50% para interesse prático e 16% para emancipatório. Já quando consideradas as abordagens mistas, as proporções são de 87% para técnico-prático e 13% para prático-emancipatório. A Tabela 2 sintetiza essa classificação. Verifica-se que os estudos guiados por interesses puros empregam apenas uma abordagem metodológica, enquanto os trabalhos com combinação de interesses utilizam tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas.

Quanto ao volume de publicações por ano, a Figura 1 permite observar que os anos com maior volume de publicações foram 2012 (15% do total), 2014 (13% do total) e 2017 (10% do total). Com relação aos interesses que orientam o conhecimento, é possível observar que, de 2004 a 2019, anos do primeiro e do último artigo da amostra, os trabalhos nacionais relacionados à temática da sustentabilidade na área de Administração têm sido orientados por interesses técnicos e práticos, tomados separadamente, mas principalmente em complementaridade. Somente a

A análise quantitativa consistiu na aplicação de técnicas básicas de estatística para auxiliar na descrição dos dados analisados. Empregou-se percentuais para: descrever as proporções de artigos por metodologia e interesses cognitivos, bem como para demonstrar a assimetria de artigos por periódico e interesses cognitivos. Também se utilizou de somatória para identificar os autores mais produtivos e na elaboração da Figura 1 (volume de publicações por ano e por interesse).

A análise qualitativa transcorreu pela categorização operada a partir da identificação indutiva de segmentos de dados, concebidos estes como unidades significativas, reveladoras de informações relevantes para a pesquisa. Para viabilizar as análises, os segmentos foram agrupados em categorias. Relembre-se que categorias ou tipologias podem ser extraídas a partir da teoria de um autor, dos objetivos da pesquisa, do próprio pesquisador (Merriam, 2009). Na pesquisa em tela, as categorias foram estabelecidas visando-se a categorização dos textos de acordo com os interesses cognitivos (Habermas, 1990/1968). Foram analisados os objetivos e o conteúdo geral dos artigos para verificar a relação com as características de cada interesse segundo a perspectiva habermasiana.

Quadro 1
Categorias de análise

Interesse cognitivo	Características
Técnico	Busca pelo controle, mensuração, prevenção, relações causais, leis que presidem o fenômeno, manipulação dos ambientes e confirmação de hipóteses <i>a posteriori</i> por observação sistemática.
Prático	Visa a compreensão intersubjetiva da comunicação, interpretação e compreensão do significado de uma situação, do que as pessoas pensam e sentem; busca pela melhoria do entendimento mútuo
Emancipatório	Objetiva denunciar as formas de dominação e exploração existentes; preocupa-se com a função do poder de institucionalizar e manter configurações de opressão, confusão e sofrimento; almeja promover autonomia, responsabilidade e

partir do ano de 2010 percebe-se o surgimento de pesquisas com perspectivas mais críticas, com algum viés emancipatório (interesse emancipatório e prático-emancipatório). Embora em menor volume e sem uma regularidade sistemática, desde então os interesses prático-emancipatório e emancipatório também têm guiado as produções acadêmicas.

Tabela 2

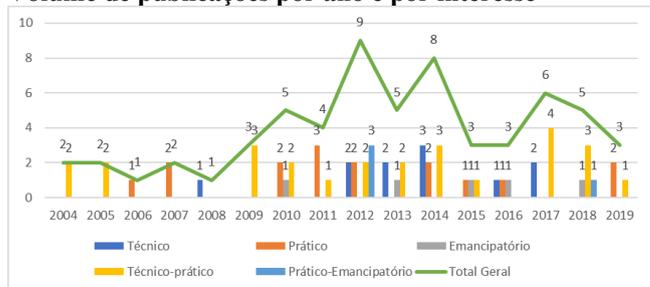
Interesses cognitivos que orientam a produção sobre sustentabilidade na área de Administração e metodologia

Interesses	Metodologia	Quantidade de artigos	Proporção dos artigos
Técnico	Quantitativa	11	17,74%
Técnico Total		11	17,74%
Prático	Qualitativa	16	25,81%
Prático Total		16	25,81%
Emancipatório	Qualitativa	4	6,45%
	Qualitativa-Quantitativa	1	1,61%
Emancipatório Total		5	8,06%
Técnico-prático	Qualitativa	20	32,26%
	Qualitativa-Quantitativa	6	9,68%
Técnico-prático Total		26	41,94%
Prático-Emancipatório	Qualitativa	4	6,45%
Prático-Emancipatório Total		4	6,45%
Total Geral		62	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores, 2019.

Figura 1

Volume de publicações por ano e por interesse



Fonte: elaborado pelos autores, 2019.

Ao observarmos os periódicos responsáveis pela publicação dos artigos analisados, identificamos que a Revista de Administração Pública (RAP) foi a que apresentou maior número

de publicações, 13 (21% do total), sendo seguida pelas revistas Cadernos EBAPE.BR (CEBAPE), Organizações & Sociedade (O&S), Revista de Administração de Empresas (RAE) e Revista de Administração (RAUSP) (Fea-Usp), todas com 8 artigos cada (13% do total). Unidas, essas revistas representam 73% das publicações. Ressalta-se que dos periódicos analisados, três estão associados a Fundação Getúlio Vargas FGV e que a esse conjunto pertence 47% dos artigos que tem sustentabilidade como uma de suas palavras-chave.

A análise dos artigos também permitiu averiguar que a RAP foi o primeiro periódico a publicar artigos que contivessem a sustentabilidade como uma de suas palavras-chave, tendo publicado os 2 artigos do ano de 2004. Com relação ao ano de 2012, ano de maior volume de publicação, só não publicaram artigos relacionados à sustentabilidade os periódicos Brazilian Administration Review (BAR), Brazilian Business Review (BBR) e Revista de Administração Contemporânea (RAC), pertencentes à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Contudo os dois últimos publicaram logo no ano seguinte. A Tabela 3 mostra a proporção dos interesses cognitivos dos artigos por periódico. Percebe-se que trabalhos guiados por interesses técnico-prático estão presentes em quase todas as revistas; já pesquisas emancipatórias não possuem o mesmo espaço.

Tabela 3

Proporção dos interesses cognitivos dos artigos por periódico

Periódicos	TC	PC	EM	TC-PC	PC-EM
BAR	9,09%	0,00%	0,00%	15,38%	25,00%
BBR	18,18%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%
CEBAPE	0,00%	6,25%	20,00%	15,38%	50,00%
O&S	0,00%	6,25%	20,00%	19,23%	25,00%
RAC	0,00%	12,50%	0,00%	15,38%	0,00%
RAE	9,09%	25,00%	20,00%	7,69%	0,00%
RAP	18,18%	25,00%	40,00%	19,23%	0,00%
RAUSP	36,36%	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RBGN	9,09%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelos autores, 2019.

Nota: Interesses: Técnico (TC), Prático (PC), Emancipatório (EM), Técnico-Prático (TC-PC) e Prático Emancipatório (PC-EM).

O exame dos artigos possibilitou observar

algumas informações acerca dos autores. Ao todo, 155 pesquisadores assinaram os 62 artigos analisados, sendo que somente 7 artigos (11% do total) foram escritos por um único autor, tendo sido os demais produzidos por dois ou mais autores. Os pesquisadores mais produtivos quando se trata de artigos com “sustentabilidade” como um dos termos-chave do estudo foram Ana Paula Ferreira Alves, João Carlos da Cunha e Sieglinde Kindl da Cunha, todos com 3 artigos cada, (5% do total). Outros autores que produziram ao menos dois trabalhos foram Ana Carolina Salles, Farley Simon Nobre, Guilherme Lerch Lunardi e Simone Sehnem. Considerados conjuntamente, o primeiro e segundo grupo de autores mais produtivos foram responsáveis por 27% das publicações. Destaca-se a coautoria presente entre os próprios autores mais produtivos: João Carlos da Cunha e Sieglinde Kindl da Cunha produziram dois artigos conjuntamente, e Ana Paula Ferreira Alves, Ana Carolina Salles e Guilherme Lerch Lunardi assinaram 2 artigos em coautoria. Com relação aos interesses cognitivos que orientaram estes autores, percebe-se que eles não possuem um interesse emancipatório, concentrando suas produções em trabalhos de interesse técnico (24%) e prático (29%), e principalmente pela combinação desses interesses (47%).

Tabela 4
Interesses cognitivos dos autores mais produtivos

Autores	Artigos	TC	PC	E M	TC- PC	PC- EM
Sieglinde Kindl da Cunha	3				3	
João Carlos da Cunha	3	1			2	
Ana Paula Ferreira Alves	3	1	2			
Simone Sehnem	2		1		1	
Farley Simon Nobre	2				2	
Ana Carolina Salles	2	1	1			
Guilherme Lerch Lunardi	2	1	1			
TOTAL	17	4	5		8	

Fonte: elaborada pelos autores, 2019.

Nota: Interesses: Técnico (TC), Prático (PC), Emancipatório (EM), Técnico-Prático (TC-PC) e Prático Emancipatório (PC-EM).

Outra informação possibilitada pelo nosso levantamento foi sobre as instituições às quais os autores estão associados. No total 75 instituições diferentes participaram na produção dos artigos analisados. Destacam-se desse grupo a Universidade Federal do Espírito Santo com 10 autores (aproximadamente 7% do total), Fundação Getúlio Vargas – EAESP com 9 autores (aproximadamente 6% do total), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo com 8 autores (aproximadamente 5% do total), Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana e Universidade Federal do Paraná com 6 autores cada (aproximadamente 4% do total). As demais instituições possuem 5 ou menos autores associados.

Discussão dos dados: interesses que orientam a produção sobre sustentabilidade na área de Administração

As pesquisas orientadas por interesse técnico foram aquelas que, ao tratarem da sustentabilidade, tiveram por objetivo principalmente identificar relações entre variáveis, por meio de modelagens matemáticas e técnicas estatísticas. Em geral, almejam verificar as influências que um fator exerce sobre outro, bem como os graus e efeitos de uma variável sobre a outra. Também houve uma pesquisa que buscou desenvolver e validar um instrumento de mensuração por meio da estatística. Essas pesquisas foram conduzidas por abordagens quantitativas, utilizando-se de diversas técnicas estatísticas para analisar dados previamente disponíveis ou coletados por questionários fechados. Já os artigos categorizados segundo uma orientação prática foram aqueles que tiveram por proposta: entender os significados de conceitos teóricos, discutindo as definições estabelecidas por pesquisas e teorias passadas; compreender, pela perspectiva dos participantes da pesquisa, por meio de entrevistas e observações, os motivos, as

dificuldades, benefícios, o que é pensado e sentido em relação a práticas, processos, programas e situações associados a sustentabilidade. Essas pesquisas empregaram abordagem qualitativa, usando ensaios teóricos, revisão de literatura, estudos de caso.

Por sua vez, as publicações orientadas por interesse emancipatório almejavam compreender processos de implementação de programas, ações, políticas sustentáveis que operam por uma lógica distinta do capitalismo. Igualmente, tencionaram identificar os obstáculos que impedem ou dificultam a realização dessas práticas. Também foram realizados trabalhos que procuraram criticar e denunciar ideologias hegemônicas subjacentes a conceitos teóricos, discursos e práticas associados à sustentabilidade. Essas pesquisas se pautaram principalmente em abordagens qualitativas, utilizando de revisão de literatura, entrevistas, estudos de caso e ensaios teóricos. Somente uma pesquisa adotou uma perspectiva dupla, qualitativa-quantitativa.

Os estudos “técnico-prático” tiveram como objetivos, principalmente, compreender conceitos, entender relações, propor novos modelos, ou aprimorar os já existentes, relacionados à temática da sustentabilidade. O interesse técnico se reflete na consideração de que o ambiente é manipulável e previsível, resultando na construção de frameworks teóricos a serem testados. Adota-se como pressuposto que, ao se atenderem os postulados dos modelos, as ações organizacionais relacionadas à sustentabilidade terão sucesso. Complementarmente, essas pesquisas também possuem um interesse prático, pois, não apenas testaram modelos existentes ou aplicaram testes estatísticos para o entendimento das relações entre variáveis, como buscaram estabelecer as categorias dos modelos que propõem e entender as relações entre fatores de determinada situação – isso a partir de discussões mais profundas dos significados de conceitos teóricos presentes na literatura, e/ou percebidos por meio de observações presenciais e/ou também por entrevistas, as quais tiveram por finalidade captar o entendimento das próprias pessoas sobre

determinada situação ou significado. Corroborando essa percepção o fato de que essas pesquisas se utilizaram de abordagens qualitativas ou qualitativas-quantitativas.

Por fim, os artigos categorizados segundo orientação por interesses prático-emancipatório foram aqueles que procuraram ir além da discussão dos significados dos conceitos teóricos relacionados à sustentabilidade ou atribuídos a situações práticas, e se atentaram em compreender as relações de poder que a temática da sustentabilidade envolve e se há propostas relevantes de mudança da lógica dominante ou apenas manutenção do *status quo*. Essas pesquisas foram realizadas sob perspectivas qualitativas utilizando-se de ensaios teóricos, revisão de literatura, entrevistas e observações.

Diante desse cenário, percebe-se que a produção de conhecimento em Administração relacionada à temática da sustentabilidade tem sido orientada principalmente pelos interesses técnico-prático, prático e técnico, que considerados em conjunto representam 83,87% do total de artigos. Com isto corroboram as questões levantadas em nosso referencial teórico, como o fato de a área da Administração ser predominantemente funcionalista (Westwood & Clegg, 2003; Vergara & Caldas, 2005). Isso implica em um campo acadêmico que valoriza a mensuração, a identificação de relações causais, a verificação dos graus de influências de um fator sobre outro, o controle e a manipulação dos ambientes sociais e naturais para atingir os objetivos organizacionais, nesse caso relacionados à sustentabilidade. Além disso, o interesse prático associado ou separado do interesse técnico corrobora com a ideia de que a noção de sustentabilidade é vaga e não consensual, existindo diversas interpretações do conceito, bem como dos componentes que constituem a sustentabilidade, tanto em relação a sua definição mais ampla, como a aplicada às organizações. (Dovers, 1996; Mol, 1997; Pierri, 2001; Hopwood *et al.*, 2005; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014).

O fato de a maior parte desses trabalhos serem orientados pelo interesse técnico-prático,

37,10% do total, aponta para uma preocupação dos autores em superar as limitações que se apresentam ao se optar por apenas um interesse. Desse modo oferecem tanto contribuições técnicas que permitem mensurar a sustentabilidade e seus componentes, entender as relações e graus de influência entre fatores, bem como uma melhor compreensão do significado do conceito de sustentabilidade e seus derivados, tanto pela discussão de teorias e pesquisas passadas e/ou pelas perspectivas das pessoas envolvidas nas pesquisas.

Todavia, percebe-se que poucos estudos sobre sustentabilidade na área de Administração são orientados por um interesse emancipatório. Tal constatação condiz com outras pesquisas que apontam que a sustentabilidade organizacional, embora sem uma definição clara, decorre principalmente da definição de Brundtland (Florea *et al.*, 2012; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014). Na prática, isso resulta em pesquisas que não questionam profundamente a sustentabilidade associada ao desenvolvimento sustentável, os fatores que a legitimam e as relações de poder nas quais a problemática está imersa. A maioria dos trabalhos se concentram apenas em debater a ideia de sustentabilidade e seus conceitos associados, propondo alguns ajustes nos modelos de mensuração ou apresentação de novos modelos. Todavia, não se preocupam em repensar a própria noção de sustentabilidade atualmente legitimada, seus limites, contradições e sugerir reais transformações. Em uma perspectiva mais ampla, essas produções teóricas contribuem assim para a reprodução ou pequena reforma da sustentabilidade em um sistema econômico capitalista. Sistema que para muitos autores é incompatível com os aspectos econômicos, ambientais e sociais pretendidos pela sustentabilidade (Pierri, 2001; O'Connor, 2002; Banerjee, 2003; Hopwood *et al.*, 2005; Foster, 2012).

Análise dos anos das publicações

Analisados os anos de publicação dos artigos

observou-se que as publicações sobre a temática sustentabilidade (artigos que possuem esse termo como uma palavra-chave) nos principais periódicos nacionais da área de Administração tiveram seu início em 2004. Essa informação parece apontar para um certo retardo na pesquisa brasileira acerca da sustentabilidade na área de Administração, já que os principais periódicos desse campo começaram a publicar sobre o tema apenas 17 anos depois do “Relatório Brundtland” (1987) tido por muitos como um marco da popularização do debate sobre a sustentabilidade (Dovers, 1996; Mol, 1997; Pierri, 2001; Hopwood *et al.*, 2005). Mesmo a Rio 92 parece não ter despertado um grande interesse dos pesquisadores de Administração pela temática, já que somente 12 anos depois se iniciaram as publicações. Esses achados, no entanto, convergem com a pesquisa realizada por Hopwood *et al.* (2005) que apontam 1995 como ano em que se encontra a primeira menção à sustentabilidade corporativa, portanto, o desinteresse pela temática na área de Administração não foi uma característica isolada da pesquisa brasileira.

Todavia, mesmo se considerarmos 1995 como um marco inicial para a discussão sobre a sustentabilidade na área de Administração, é possível observar um atraso da academia nacional, já que somente 10 anos depois o tema começou a ser abordado nos principais periódicos brasileiros. Desde então, não houve nenhum ano no qual não fosse publicado ao menos uma pesquisa sobre a temática. Isso demonstra que, iniciada a discussão, nos 16 anos que se seguem, a sustentabilidade nunca deixou de ser uma preocupação dos estudiosos da área de Administração. Destaca-se que o ano de 2012 coincide com o evento Rio+20, o que pode ter influenciado para o maior volume de publicações ter ocorrido nesse ano, bem como para uma maior quantidade nos dois anos anteriores (em preparação para o evento) e dos dois anos depois (consequência do evento). Ao tomarmos o período de 2010 a 2014, no qual ocorreu a Rio+20, temos 50% das publicações. Percebe-se também que há uma queda no volume de publicações nos anos 2015 e 2016. Em 2017 há

um novo aumento, porém em 2019 a quantidade de artigos volta a cair. Esse novo aumento pode estar relacionado ao crime ambiental de Brumadinho (MG) ocorrido em 2015. Diante dessa irregularidade no volume de publicações, questiona-se se a produção acadêmica nacional tem se preocupado com a sustentabilidade apenas em períodos em que grandes eventos relacionados à sustentabilidade estão sob atenção de um grande público. Com relação ao período de 2010 a 2014, no qual ocorreu a Rio+20, os interesses que predominaram nesse espaço temporal foram o técnico-prático (32%), prático (29%), técnico (23%), sobrando pouco espaço para trabalhos com interesse emancipatório (6%) e prático-emancipatório (10%). Mesmo nos anos seguidos à tragédia de brumadinho (2015), pesquisas com algum interesse emancipatório representam um menor volume.

Estes dados reforçam a compreensão de que a Administração foi e continua a ser uma área de estudo tecnicista, orientada por interesses técnicos próprios a abordagem funcionalista, que desde muito tempo é a predominante nessa área do saber (Burrell; Morgan; 1979, Gladwin *et al.*, 1995; Vergara & Caldas, 2005). Ao mesmo tempo, tem sido um campo que reflete a falta de consenso em torno do conceito de sustentabilidade (Pierri, 2001; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014), de modo que durante todo esse período os estudos tem procurado debater o significado desse termo tão vago. Em síntese, quando se trata de assuntos relacionados à sustentabilidade, a maioria dos estudiosos da Administração têm procurado atender as demandas técnicas das organizações e das abordagens teóricas hegemônicas da Administração ao mesmo tempo que procuram uma melhor compreensão do que significa sustentabilidade. Isso condiz com o levantamento realizado por Luca, Cardoso, Vasconcelos e Pontes (2014), que teve por alvo investigar as perspectivas teóricas sobre sustentabilidade ambiental da produção científica em Administração nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad) (edições

anuais de 2003 a 2010) e na Revista de Gestão Social e Ambiental (edições quadrimestrais de 2007 a 2010). Segundo este estudo, predominam na área de Administração perspectivas teórico-empíricas, preocupadas tanto com a produção e a análise de dados, com o controle empírico e fatural, bem como com a reconstrução de teorias, conceitos e ideias, tendo em vista aprimorar fundamentos teóricos. Todavia, ressaltamos que nossa pesquisa, ao permitir verificar a baixa presença de um interesse emancipatório na produção nacional sobre sustentabilidade, denuncia que esses estudos contribuem para a reprodução de um mainstream funcionalista estabelecido acerca dessa temática, sem apresentar um grande ímpeto por mudanças radicais.

Análise dos periódicos

Com relação aos periódicos, percebe-se que trabalhos guiados por interesses técnico-prático estão presentes em quase todas as revistas. Embora a Revista de Administração (Fea-Usp) não apresente trabalhos com a conjunção dos interesses técnico-práticos, ela possui 36,36% dos artigos associados ao interesse técnico e 25% das publicações de interesse prático. Portanto, estudos com estes dois interesses possuem amplo espaço para publicação, sendo aceito por todos os periódicos. No entanto, isso não ocorre com pesquisas que apresentam orientação por um interesse emancipatório ou prático-emancipatório, já que somente 5 das 9 revistas apresentaram publicações com esses interesses.

Destaca-se o papel dos periódicos da FGV, responsável pelas revistas Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração de Empresas e Revista de Administração Pública que publicaram 80% dos artigos orientados por interesse emancipatório. O periódico Cadernos EBAPE.BR também publicou 50% dos artigos com interesse prático-emancipatório. Os 20% restantes de trabalhos emancipatórios pertencem a revista Organizações & Sociedade da UFBA e os demais 50% dos estudos com interesse prático-emancipatório estão distribuídos entre o periódico

Brazilian Administration Review da ANPAD (25%) e Organizações & Sociedade (25%). Diante destes dados, nota-se que o espaço para publicação de artigos sobre sustentabilidade, com um viés mais crítico, é 44% menor (5 de 9 periódicos) do que para trabalhos que estão de acordo, ou que não buscam grandes mudanças no *status quo* da temática.

Com isso, questiona-se até que ponto o baixo volume de publicações orientadas por interesse emancipatório ou prático-emancipatório não seria resultante das políticas de publicação das revistas, já que no cenário observado há menos periódicos abertos a publicarem artigos com viés crítico. Segundo Westwood e Clegg (2003), as publicações são os principais produtos da atividade teórica; no entanto, há uma política de publicação dominante nos estudos organizacionais que impede a proliferação de pesquisas com abordagens divergentes da perspectiva funcionalista, que é hegemônica no campo. Assim sendo, os periódicos são em última análise, se não os principais, um dos mais influentes fatores para determinação dos tipos de interesses que orientam a pesquisa em um determinado campo do saber. Nesse sentido, de acordo com os dados obtidos pela pesquisa, as principais revistas nacionais apontam para um desfavorecimento de epistemologias emancipatórias na construção de conhecimentos relacionados à sustentabilidade.

Análise dos autores e instituições que estão associados

Diante dos dados levantados foi possível observar que os principais autores da área não se orientam por um interesse emancipatório, concentrando suas produções em trabalhos de interesse técnico e prático, e principalmente pela combinação desses interesses. A partir desses dados, levanta-se um questionamento acerca da produtividade dos principais autores: Seriam eles os mais produtivos se realizassem trabalhos com algum interesse emancipatório? Na seção anterior observamos que todas as revistas estão abertas a publicações de interesse técnico e prático, o que

não ocorre com trabalhos de viés emancipatório. Uma vez que os pesquisadores necessitam publicar artigos, será que eles não desejam produzir trabalhos críticos ou apenas deixam de fazê-lo para que possam conseguir ter um volume razoável de publicações que lhes é cobrado pela academia?

Por sua vez, ao examinarmos os interesses cognitivos “estimulados” pelas instituições de ensino com maior participação na produção de artigos relacionados à sustentabilidade às quais os autores estão associados, verifica-se uma predominância dos interesses técnico e prático. Observa-se que somente as Universidade de Fortaleza e Universidade de São Paulo possuem a maioria de seus trabalhos orientados por um interesse emancipatório. Todavia, não é possível afirmar que o interesse emancipatório seja uma característica dessas duas universidades. Isto porque dos 3 trabalhos da Universidade de São Paulo, dois foram produzidos exclusivamente por pesquisadores associados à essa instituição, sendo que um foi orientado por interesse emancipatório e outro por interesse prático. O outro artigo com orientação emancipatória foi elaborado em parceria com pesquisadores da Anhembi Morumbi e Zetesis Tecnologia Educacional. Já em relação às três publicações da Universidade de Fortaleza, 2 foram realizadas por pesquisadores dessa universidade e se dividem em um trabalho de interesse técnico-prático e outro de interesse emancipatório. O outro artigo orientado por um interesse emancipatório foi produzido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e com a Universidade Federal de Santa Maria.

Com isso, entende-se não haver um núcleo institucional que incentive produções críticas, o que também nos remete ao questionamento anterior acerca das políticas de publicação. Mesmo que as instituições buscassem incentivar em seus autores associados a produção de trabalhos com interesse emancipatório, haveria espaço para estas pesquisas nos principais periódicos ou estariam fadadas a que seus autores não mais conseguissem publicar pesquisas em

periódicos de relevância nacional? Sabemos que nacionalmente há uma forte relação entre as produções dos autores em periódicos relevantes e o *status* das instituições a que estão associados. Essas questões apontam para a necessidade de uma profunda modificação da área de Administração e suas políticas, caso seja interesse dessa área do saber promover reais transformações teóricas e práticas via emancipação e não apenas adaptações ao mainstream estabelecido sobre sustentabilidade.

Por fim, a partir dos dados levantados sobre as áreas de atuação dos autores, percebe-se uma certa incoerência nos estudos sobre sustentabilidade na área da Administração. Isso porque, embora muitos pesquisadores reconheçam a necessidade de um debate multidisciplinar sobre essa temática (Kallio & Nordberg, 2006; Starrick & Kanashiro, 2013), na prática, os estudos nacionais sobre esta temática têm sido realizados massivamente por estudiosos da área da Administração, com pouca participação de pesquisadores de outras disciplinas.

Interesses e sustentabilidade

Diante do cenário observado, é possível inferir que os estudos sobre sustentabilidade na área da Administração têm se desenvolvido de modo parcial, obstruindo a dialética da geração de conhecimento que deveria envolver os três interesses cognitivos (Habermas, 1990/1968; Paes de Paula, 2016). Isso porque se orientam principalmente pelos interesses técnicos e práticos, havendo pouco empenho em trabalhos orientados por um interesse emancipatório. Ora, se, como apontado por Stablein e Nord (1985), o interesse emancipatório é o responsável por refletir sobre as suposições dadas como certas pelas abordagens de interesse técnico, bem como sobre envolver reflexões sobre a adequação de significados compartilhados própria às perspectivas de interesse prático, é o interesse emancipatório que pode instigar a busca por novas teorias ao questionar as pesquisas já desenvolvidas e sua real efetividade em solver os

problemas relacionados à sustentabilidade.

O apelo por novas teorias na área da Administração para lidar com a temática da sustentabilidade é antigo, como o trabalho de Gladwin *et al.* (1995) ao propor uma epistemologia centrada na sustentabilidade em oposição a visões tecnocêntricas e ecocêntricas. Contudo, tal incentivo parece ter sido negligenciado em grande parte. Pesquisas recentes continuam a apontar o predomínio de teorias tradicionais que valorizam um paradigma antropocêntrico/tecnocêntrico, contudo, “nenhuma das teorias tradicionais de gerenciamento parece refletir adequadamente a essência dos desafios de sustentabilidade” (Starrick & Kanashiro, 2013).

A escassez de abordagens críticas reflete a sustentabilidade como um campo de estudo pouco maturo na Administração, uma vez que um indicador de maturidade de um campo reside na capacidade e vontade de ser criticamente introspectivo em relação ao seu desenvolvimento e *status*. Tal introspecção não está totalmente ausente nos estudos organizacionais sobre a sustentabilidade, mas não houve alteração essencial na orientação fundamental do discurso acadêmico (Kalli & Nordberg, 2006). Para Banerjee (2003), um objetivo emancipatório em relação ao desenvolvimento sustentável só pode ser obtido por uma reconceitualização de noções como progresso e desenvolvimento, os quais foram forjados em um contexto ocidental capitalista e tecnocêntrico que fortalece interesses econômicos e corporativos e estabelece as normas de desenvolvimento. Esse repensar os conceitos, suas implicações, bem como as próprias diretrizes de desenvolvimento, necessitam ocorrer via abordagens mais críticas da teoria organizacional que permitam formas alternativas de construir conhecimento. Trata-se de buscas alternativas ao desenvolvimento e não de alternativas de desenvolvimento.

Em termos de visões de sustentabilidade, a baixa presença de perspectivas críticas aponta para uma academia que contribui com as abordagens de status quo e reforma segundo a classificação de Hopwood *et al.* (2005). Na visão desses autores, as abordagens status quo acreditam

que as mudanças necessárias nas estruturas políticas e econômicas da sociedade e nas relações homem-ambiente para alcançar o desenvolvimento sustentável podem ser alcançadas dentro das estruturas sociais atuais; já as abordagens reformistas defendem que ajustes são necessários, mas sem uma ruptura total com os acordos existentes. Para eles, as contribuições reformistas são importantes, mas é essencial buscar por visões mais radicais como as transformacionistas que compreendem que as mudanças necessárias só podem ser efetivadas por meio de uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais da sociedade, raízes dos problemas da sustentabilidade.

Em síntese, os principais estudos nacionais na área de Administração, ao privilegiarem orientações por interesses técnicos e práticos, têm fortalecido o discurso confuso, porém institucionalizado, do desenvolvimento sustentável em prol da manutenção de um sistema econômico que para muitos autores é incompatível com os ideais da própria sustentabilidade (Pierrri, 2001; O'Connor, 2002; Banerjee, 2003; Hopwood *et al.*, 2005; Foster, 2012). Para o desenvolvimento de novas abordagens que gerem compreensões autônomas em relação ao ideal contraditório do desenvolvimento sustentável, faz-se imperiosa a orientação de estudos via interesse emancipatório. Todavia, como demonstrado em nosso estudo, pesquisas guiadas por interesse emancipatório parecem encontrar obstáculos para obter maior presença entre os estudos publicados por periódicos nacionais de maior relevância.

Condições Finais

Este artigo objetivou reconhecer os interesses cognitivos que orientam a produção acadêmica nacional sobre sustentabilidade na área de Administração. Para tanto, empregou-se uma abordagem de viés quantitativo e qualitativo para análise dos dados.

Os resultados apontam para a predominância nos trabalhos de orientações técnico-prática, prática e técnica. Produções guiadas por interesses

emancipatório e prático-emancipatório aparecem em menor volume. Parece que a cena acadêmica enfocada, no que diz respeito à sustentabilidade, persiste preocupada com o tecnicismo herdado das primeiras teorias organizacionais. Debates conceituais, tentativas de compreender relações entre fatores e de fornecer modelos mais precisos sobre sustentabilidade têm relegado a crítica a segundo plano. Com isso, perpetua-se uma ideia de sustentabilidade organizacional um tanto confusa, que reproduz o modo de pensar a sustentabilidade conforme o estabelecido por Brundtland – um ideal de sustentabilidade questionável em muitos aspectos, dadas as incongruências entre capitalismo e sustentabilidade.

Entre as limitações da pesquisa, destaquem-se o período analisado e a concentração da amostra na área de Administração. A extensão do recorte, no que diz respeito tanto ao tempo quanto ao campo, pode ampliar o alcance dos resultados, ainda que para reforçar o alinhamento entre o tipo de interesse prevalente (diagnosticado na pesquisa) e a constituição da área. Pesquisas futuras poderiam expandir a amostra.

Sugere-se, igualmente, que novas pesquisas incluam o emancipatório como interesse movente das discussões. Com isso, espera-se que a dinâmica dos interesses cognitivos que desenvolve o conhecimento seja mais completa. O interesse emancipatório permite a reflexão sobre os campos teórico e prático, ocasionando apontamentos para modificações significativas das teorias e práticas organizacionais “institucionalizadas”. Essas, até o momento, parecem não ser suficientes para fazer frente ao ideal de sustentabilidade projetado. Por fim, sugere-se também que sejam realizados novos levantamentos fundamentados na teoria do conhecimento habermasiana, abordando amostras ou temas diversos. A condução de outras pesquisas reforçaria a potencialidade da teoria habermasiana do conhecimento como método classificatório das pesquisas em Administração.

Referências

Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological*

paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life. Hants: Ashgate.

Banerjee, S. B. (2003). Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. *Organization Studies*, 23(1), 143-180.

Fell, A. F., Rodrigues, J., Filho, & Oliveira, R. R. (2008). Um estudo da produção acadêmica nacional sobre gestão do conhecimento através da teoria do conhecimento de Habermas. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 5(2), 251-268.

Luca, M. M. M. de., Cardoso, V. I. C., Vasconcelos, A. C. de., & Pontes, A. B. (2014). Análise da produção científica referente à temática de sustentabilidade em pesquisas da Administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 15(3), 469-500.

Dovers, S. R. (1996). Sustainability: Demands on Policy. *Journal of Public Policy*, 16(3), 303-318.

Favoreto, R. L., & Nogueira, A. J. F. M; Bannwart Júnior, C. (2020). Problematizando o conceito de responsabilidade social empresarial: implicações de uma leitura multidisciplinar. *Scientia Iuris*. Londrina, 24(1), 55-77.

Florea, L., Cheung, Y. H., & Herdon, N. C. (2013). For All Good Reasons: ROLE of Values in Organizational Sustainability. *Journal of Business Ethics*, 114(3), 393-408.

Freitag, B. (2005). *Dialogando com Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Freitas, J. (2019). *Sustentabilidade: direito ao futuro*. Belo Horizonte: Fórum.

Foster, J. B. (2012). A ecologia da economia política marxista. *Lutas Sociais*, 28, 87-104.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Gladwin, T., Kennelly, J., & Krause, T. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20(4), 878-907.

Habermas, J. (1990). *Conocimiento e interés*. (Jiménes, M., Ivars, J., Santos, L. M., Trad.) Buenos

Aires: Taurus. 348 p. Título original: Erkenntnis und Interesse publicado em 1968.

Habermas, J. (2002). *Técnica e ciência como Ideologia*. (2ª ed., M. Artur, Trad.). Coimbra: Edições 70, 149 p. Título original: Technik und Wissenschaft als Ideologie publicado em 1968.

Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. (Soethe, P. A., Trad.). São Paulo: Martins Fontes, v. II. Título original: Theorie des Kommunikativen Handelns publicado em 1981.

Harvey, D. (2020). *Os sentidos do mundo: Textos essenciais*. São Paulo: Boitempo.

Honeth, A. (2023). Existe um interesse emancipatório do conhecimento? *Política e Sociedade*, 22(53), 15-44.

Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. (2005). Sustainable development: Mapping different approaches. *Sustainable Development*, 13, 38-52.

Inocêncio, E., & Favoreto, R. L. (2020). Contribuições Sociológicas de Jürgen Habermas para os Estudos Organizacionais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 14(1), 124-145.

Inocêncio, E. R., & Favoreto, R. L. (2022a). Contribuições sociológicas do pensamento Habermasiano para os Estudos Organizacionais: um estudo da produção internacional em administração. *Revista Administração Em Diálogo - RAD*, 23(3), 9-28.

Inocêncio, E. R., & Favoreto, R. L. (2022b). Distorções comunicativas em relatórios de sustentabilidade: uma análise pautada no pensamento habermasiano. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(4), 543-556.

Lara, L. G. A., & Vizeu, F. (2019). O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE. BR*, 17(1), 1-11.

Layrargues, P. P. (2017). Anti ecologismo no Brasil: reflexões ecológicas sobre o Modelo do desenvolvimentismo-extrativista-predatório e a Desregulação ambiental pública. In: M. M. D. Oliveira, M. Mendes, & C. M. Hansel., S. Damiani (Orgs). *Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Caxias do Sul: EDUCS. 325-356.

Levy, W.; Massonetto, L., F. (2020). Habermas, 90 anos: a relação entre conhecimento e interesse e a atualidade da teoria crítica. *Dissertatio*, 9, 75–78.

Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

Michelsen, G., Adombent, M, Martens, P., & Hauff, M. (2016). Sustainable development: background and context. In H. Heinrichs, P. Martens, G. Michelsen, & A. Wiek (Eds.), *Sustainability science: an introduction*. Dordrecht, Netherlands: Springer, 5-29.

Mol, A. P. J. (2000) A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In S. C. Herculano, M. F. S. Porto & C. M. Freitas (Orgs.) *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EdUFF.

Montiel, I., & Delgado-Ceballos, J. (2014). Defining and measuring corporate sustainability: Are we there yet? *Organization & Environment*, 27(2), 113-139.

Nobre, M. (2008). *A teoria crítica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Oliveira, B., & Santos, L. M.. (2021) *Diálogos com a mãe Terra: sustentabilidade integradora*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pachamama.

O'Connor, J. (2002). ¿Es posible el capitalismo sostenible? In H. Alimonda (org.) *Ecologia política. Naturaleza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: CLASCO, p.27-52.

Paes de Paula, A. P. (2016). Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cadernos Ebape.BR*. 14(1), 24-46.

Paes de Paula, A. P. (2015). *Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Pierri, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: N., Pierri & G. Foladori (Eds.) *Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

Régio, B. A., Alencar, R. V., & Oliveira, M. C. (2022). A divulgação de práticas corporativas voltadas

para a inclusão da população LGBTI. *Revista Direito GV*, 18(2), 1-31.

Rodrigues, J. Filho. (1998). Desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas para análise das organizações. *Revista de Administração Pública*, 32(4), 163-175.

Rodrigues, J. Filho. (2004). Um estudo da produção acadêmica em Administração Estratégica no Brasil na terminologia de Habermas. *Revista de Administração de Empresas*, 3(2), 1-16.

Stablein, R., & Nord, W. (1985). Practical and emancipatory interest in organizational symbolism. *Journal of Management*, 11(2) p.13-28.

Starrik, M., & Kanashiro, P. (2013). Toward a theory of sustainability management: Uncovering and integrating the nearly obvious. *Organization & Environment*, 26(1), 7-30.

Vergara, S. C., & Caldas, M. P. (2005). Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 45, 66-72.

Westwood, R., & Clegg, S. (2003). The discourse of organization studies: dissensus, politics, and paradigms. In Westwood, R.; Clegg, S. (Eds.). *Debating organization: point-counterpoint in organization studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 1-41.